

Alexandre Herculano, poeta religioso

1

Quando dizemos «poeta religioso» queremos aludir à sua produção poética que, directa ou indirectamente, tem como eixo organizativo a relação do poeta com Deus, o Deus cristão, melhor talvez, católico. Devemos anotar, porém, que deste ângulo de abordagem da sua poesia não decorre que tenhamos de nos ocupar da complexa questão da religiosidade de Alexandre Herculano¹ – não queremos dizer, porque não é o mesmo, apenas as suas ideias religiosas em confronto com grandes questões do seu tempo –, religiosidade que já foi definida como «áspera e funda..., cavada mais tarde com notas de solenidade augusta e de rigorismo implacável»². Nem necessário seria prevenir que não se trata de um poeta que cante os mistérios da fé ou sobre

¹ António José Saraiva, *Herculano e o liberalismo em Portugal. Os problemas morais e culturais da instauração do regime (1834-1860)*, Lisboa, 1949, 59-92, tentou, em notável capítulo («Liberalismo e cristianismo»), dar alguma organização à sua apologética de liberal e cristão, se bem que o cruzamento permanente de dados, mesmo se aparentemente constantes, de contextos muito distintos (épocas, obras e finalidades), não permite perceber, mais além da retórica do apologeta, a complexa problemática da religiosidade de Herculano. Por outro lado, parece-nos que haverá também que reflectir sobre o conceito que de liberdade tinha Herculano, tentando defini-lo na sua extensão e compreensão (dimensões metafísicas..., jurídicas..., sociais...).

² Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, I, 1934, 69, notas poeticamente certas, mas que sugerem bem a necessidade de um estudo que, sem paixão e sem preconceito, aborde a religiosidade de Herculano. Será violento perguntar por que nunca se terá encarado, quanto mais não fosse por mera hipótese frente ao seu «rigorismo implacável», a questão sob o ângulo da sua «filiação» de defensor de «o velho cristianismo» – ele «um católico a quem repugnava tudo quanto se tinha feito desde o Concílio de Trento» (M. Oliveira Ramos, in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 35) - nesse jansenismo que, sob certos aspectos, parecia ainda vivaz à religiosidade mais tradicional da primeira metade do Oitocentos português? E, depois, até que ponto esse possível jansenismo, sempre tão fácil de conjugar nos modos de oposição política de tintas regalizantes e, à mistura com um anti-jesuitismo herdado dos reformistas do século XVIII, de oposição ao papa, não lhe ditou, como argumento de actualidade, as referências

eles se interrogue com a unção teológica³ ou com a simples devoção afectiva a que estamos habituados quando falamos em poesia religiosa de acordo com o seu paradigma até aos fins do século XVIII, paradigma que Herculano, esporadicamente também cultivou – *Loas ao Menino Jesus* in *Abóbada* – e que ainda não desapareceu dos horizontes literários, como revela alguma poesia do século XX. Não deixa de ser curioso que a sua produção poética de carácter religioso – um «religioso» que, com mais variedade de temas e de tons, ecoará num Guerra Junqueiro ou até no dramatismo de certos versos de José Régio – abre e encerra (pelo menos a que quis e tal como a quis publicar em 1850) por poemas centrados no mistério da redenção significados na cruz (o sacrifício) de Cristo: *A Semana Santa* e *A cruz mutilada*. Sublinhemos, porém, que Herculano, se foi o único dos grandes românticos portugueses a publicar um conjunto de poesia religiosa – uma excepção que, talvez, nos deveria levar a interrogar sobre algumas «ausências» no nosso Romantismo, um romantismo que ele queria tradicionalmente cristão e patriótico⁴ –, não foi, porém, como certamente apontou algum crítico aquando do primeiro centenário do seu nascimento, um poeta de arroubos místicos...⁵

2

Neste momento apenas nos ocuparemos da obra poética que reuniu e publicou em 1850 e que, depois, reeditou em 1860 e em 1872, não sem antes lhe dispensar um constante labor de que resultaram inúmeras variantes dos textos originais – em um caso, *A Semana Santa*, um notável aumento do texto, e em outro, *A vitória e a piedade*, um quase novo poema – que foram,

aos «velhos católicos» de Johann von Döllinger, mesmo se será importante dilucidar o sentido dessas referências? E atrevemo-nos a lembrar quanto o jansenismo, correcta ou incorrectamente perspectivado, atravessa como um fantasma algumas cartas de Alexandre de Almeida Garrett a seu célebre irmão João Baptista como vemos em *Cartas apoloéticas e históricas sobre os sucessos religiosos em Portugal de 1834 até 183... entre os dois irmãos A.J.L.A. Garrett e João Baptista Leitão de Almeida Garrett – Membro da «Comissão Eclesiástica» e Deputado da Nação*, Introdução e notas de Segismundo Spina, São Paulo, 1961, 31, 32, 33, 44, 45, 49. Por algo, como dissemos, assinalou M. Oliveira Ramos ser Herculano «um católico a quem repugnava tudo quanto se tinha feito desde o Concílio de Trento» in *Dicionário bibliográfico português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados por Brito Aranha e com amplo estudo crítico da obra monumental de Alexandre Herculano por J.J. Gomes de Brito*, Tomo XXI, Lisboa, Imprensa nacional, 1914, 35. (Citaremos sempre abreviadamente por *Dicionário bibliográfico português*, XXI, seguida da respectiva paginação).

³ João Arroio, na sessão de 29.3.1910 da Câmara dos Pares, aproximava-se desta nossa perspectiva ao afirmar que «Na poesia, Alexandre Herculano pintou o cristianismo com a fé, a singeleza da unção dos primeiros tempos e dos primeiros crentes» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 44.

⁴ Jacinto do Prado Coelho, «*Herculano Poeta – Uma imagem em negativo*» in *Alexandre Herculano. Ciclo de conferências comemorativas do primeiro centenário da sua morte. 1877-1977*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1979, 99-114 (112).

⁵ Luis de Magalhães, na *Homenagem da cidade do Porto, realizada por iniciativa da Academia*, opúsculo em que colaboraram «vários escritores e poetas ilustres», in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 242; Gomes de Brito, porém, realçava «a poesia solene e mística de *Semana Santa*» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 411.

pela primeira vez, notadas sistemática e cuidadosamente pelo seu amigo Joaquim José Gomes de Brito⁶ que, como confessa, não tendo podido ver a edição de 1872, se limitou ao confronto das três primeiras (1838, 1850, 1860), trabalho que, minuciosamente, completou António C. Lucas, na edição global da poesia herculaniana nos dois volumes correspondentes das *Obras completas* sob a direcção de V. Nemésio (1978).

Convém, entanto, recordar alguns dados a ter em conta quando abordamos A. Herculano do ponto de vista do poeta religioso:

1º – O que o poeta oferecia em 1850 era um conjunto de poemas seus divididos em dois livros: o primeiro, *A harpa do crente*, e *Poesias várias*, o segundo. Só o primeiro nos interessa directamente aqui, pois o outro é um conjunto de poesias de temas vários, ainda que alguma, mesmo se «apaixonadamente política» como *O mosteiro deserto*, por exemplo⁷, pudesse, pela data (1832) e pelo assunto, ter figurado no primeiro livro, isto é, em *A harpa do crente*.

2º – Como aludimos já, *A harpa do crente* de 1850 não corresponde exactamente nem em texto nem em número ao conjunto de poemas que, em três séries e com o mesmo título, fora publicado em 1838. Com efeito, além de publicar algum poema então inédito, da reescrita de outros e da alteração de algum título, em 1850, Herculano, por razões que não explicou, mas que o seu amigo Serpa Pimentel tentou explicar⁸ com razões atinentes à política daquele momento – razões que, à falta de melhor, a crítica tem repetido – não voltou a publicar o poema *D. Pedro* que constava da primeira edição de *A harpa do crente* (1838) e com o qual chorava a morte do Rei-Soldado em 1834.

3º – Nessa edição de *A harpa do crente* de 1850 e nas outras duas que se seguiram em sua vida, o poeta eliminou toda a cronologia e dedicatórias com que tinha feito acompanhar os poemas da edição de 1838, decisão que, já em 1914, deplorava, e com razão, Gomes de Brito⁹. Partindo de uma

⁶ Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 345-474.

⁷ Jacinto do Prado Coelho, «*Herculano Poeta – Uma imagem em negativo*», ed. cit., 103. Note-se que, segundo nos parece, muitos dos versos mais «políticos» de *O mosteiro deserto* não deixam de fortemente ecoar em *A vitória e a piedade*..., que Herculano recolheu, desde a primeira hora, em *A harpa do crente*.

⁸ Citado por Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 400.

⁹ Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 410-411. A falta de atenção às datas parece ter levado, em páginas com juízos ainda válidos, Fidelino de Figueiredo, *Historia da literatura romântica portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913, 94, a escrever: «*A Semana santa*, de 1838, é a cada momento cortada de divagações...». O poema é de 1829 e, apesar do labor poético a que Herculano o submeteu, cremos que o que Fidelino de Figueiredo considerava «divagações» se manteve em 1850... e seguramente na edição de *Poesias* (1903) que utilizou o Mestre...

poesia datada, o poeta oferecia, desse modo, uma *A harpa do crente* quase a-histórica e digo quase, porque, em nota final, deixou-nos a indicação de que *A Semana Santa*, de 1829, era o «poema da sua mocidade»..., isto é, dos seus 19 anos..., e a *A vitória e a piedade* datou-a, também em nota, do cerco do Porto nas lutas de 1832-1833.¹⁰

4º – As edições seguintes do século XX, ora reproduziram a edição de 1850-1872 (quase sempre a de 1872), ora editaram a de 1872 juntando-lhe o poema *D. Pedro*. Ainda que com a respectiva advertência, também assim procedeu António C. Lucas e, sem qualquer advertência, o anónimo, mas correcto, editor de *A harpa do crente* pela editora Europa-América (s. l., s. d.).

5º – Assim estando as coisas, ao estudar hoje *A harpa do crente* deveremos ou não levar em consideração esse poema excluído (*D. Pedro*)? Deveremos ou não considerar os poemas (*Mocidade e morte* e *A cruz mutilada*) que Herculano publicou em 1850 e que não constavam da edição de 1838? A consideração das diversas etapas da proposta de 1850 (1829-1838, 1839-1850) permitiria talvez compreender melhor não só a noção de exílio (não é exactamente a mesma em 1829-30, e depois em 1832-1834) – o que não quer, evidentemente, dizer que as duas noções, por vezes, não se contaminem –, mas também o porquê de inserir, em 1850, um poema como *Mocidade e morte* e encerrar a colecção com *A cruz mutilada*, poema que acabara de publicar avulsamente em 1849...

6º – Pessoalmente, e tendo em consideração que não iria focar o desenvolvimento histórico do itinerário religioso do poeta, porque, embora não rectilíneo, é um verdadeiro itinerário puramente interior (talvez, por isso o terá despido de todas as referências históricas) o que ele quis oferecer em 1850 – de *A Semana Santa* a *A cruz mutilada* –, mas, sim, a sua cartilha de «crente» – tão importante e tão esquecida à hora de estudar algumas perspectivas sobre temas como «o padre em Herculano», por exemplo –, com atenção especial à sua concepção de Deus..., Cristo..., o homem..., o exílio..., a oração e a solidão... e as respectivas consequências na sua concepção de liberdade, optei por ter em consideração todos os poemas publicados até 1850. Esquecer *D. Pedro* em qualquer abordagem, mesmo em uma muito sumária como esta, da poesia religiosa de Herculano – uma poesia onde não há lugar nem para a Virgem Maria..., nem para os santos – seria esquecer o único santo (e, para mais, santo protector) do seu Olimpo – «Alma gentil, que assim nos hás deixado, / Entregues à alta dor, / Anjo

¹⁰ Para a relação da produção poética de Herculano com as circunstâncias da sua biografia são preciosas, além das notas e dedicatórias das três séries de *A Harpa do crente* (1838), a apaixonante exploração que faz Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, ed. cit, II, 67, 78, 85, 182, 242, 243-245, 249, 281, 302 et passim.

das preces nos serás, perante / O trono do Senhor» (101)¹¹ – e esquecer as *Loas ao Menino Jesus* seria esquecer não só o seu único poema em que o mistério da Encarnação é celebrado por ocasião da visita dos Reis Magos (só dois...) ao presépio. O que, cremos, já é dizer algo do trovador (assim se definiu tantas vezes), das notas (bíblicas, tanto que, em alguns versos, lhes anotou a matriz e destacou o género: salmo..., lamentação) e dos tons (alguma vez apocalípticos) da sua harpa («Eleitos, vinde! Ide, precitos!»... «Tremei! Do altar à sombra/Também há mau dormir de sono extremo!»)..., ampla orquestração de contrapontos quer melódicos (os diferentes metros que emprega, muitas vezes até no mesmo poema numa evidente intenção contrapontística), quer temáticos (eu/outros, crente/ímpio, solidão/mundo, livre/escravo, pátria terrestre/Pátria Celeste, etc.) que, pelo que se refere a este último aspecto que remete para o exílio, parece redutor exemplificar apenas com algum extracto de *O mosteiro deserto*¹²...

7º – Postos estes condicionalismos, devemos ainda prevenir que não nos demoraremos em perspectivas genéticas e comparativistas, pois, além da ignorância atinente à mais recente bibliografia sobre tais perspectivas da obra de Herculano, pensamos que o leitor poliglota que ele foi, é, provavelmente, desde este ponto de vista, uma «floresta de enganos»... *L'air du temps* deve ser mais que suficiente para justificar aproximações de leituras e até de pistas que o próprio autor alguma vez gostou de evocar... Baste recordar aqui, como exemplo, quantos títulos das *Méditations poétiques* (1820) de A. Lamartine não poderiam evocar-nos outros tantos do poeta português.¹³

3

A. Herculano que se proclama o vate..., o profeta..., o cantor..., o trovador dos tempos de agora, igualmente se proclama o crente de todos os tempos. Por isso, Deus pôde atravessar, como memória actuante, toda a sua poesia. Desde os tempos do Génesis (*Deus*) e dos tempos atribulados do «povo querido» de Jerusalém (*A Semana Santa*) e do aparecimento do «Herói», «o Justo»..., Cristo que sofreu na cruz, até aos da «pátria acabrunhada» que, depois da tribulação, pode e deve, à semelhança de Deus e do soldado-poeta («E, do vencido consolando a sombra, /Por vós eu perdoei»), saber perdoar (*Vitória e piedade*), passando pelo desespero e conversão do jovem moribundo minado pela doença (*Mocidade e morte*).

¹¹ Por simples comodidade de trabalho, as referências entre () remetem para as páginas da edição de *A harpa do crente*, Lisboa, Europa-América, s.d.; as indicadas por (PI) e (PII) estão tomadas da edição de *Poesias I e II*, Lisboa, Bertrand, 1978.

¹² António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da literatura portuguesa*, Porto, Porto Editora, s.d. (4ª ed.), 715-716.

¹³ Para este e outros autores em quem Herculano «aprendeu» algumas notas da sua *Harpa*, serão sempre de ter em conta Jacinto do Prado Coelho, «Herculano Poeta – Uma imagem em negativo», ed. cit., 111, 112, 113 e ainda as que sugere Fidelino de Figueiredo, *Historia da literatura romântica portuguesa*, ed. cit., 93, 94, 98.

Deus é, antes de mais, o criador onnipotente – «Em cada pedra, em cada flor, se escuta / Do Sempiterno a voz, e vê-se impressa / A dextra sua em multiforme quadro» (58) – que o poeta adora e louva («Nas horas do silêncio, à meia noite, / Eu louvarei o Eterno... E a lua, resplendente / Pare em seu giro, ao ressoar nest’harpa / o hino do Onnipotente»), um cântico com que ele acompanha o hino de toda a criação, ele que, como homem e como indivíduo, sabe que, desde sempre, existia «no tipo imenso / Das gerações futuras / mente do meu Deus». Daqui tanto o «Louvor a Ele / Na Terra e nas alturas!», como a consideração da mão providente de Deus que do nascimento à morte cuida da sua criação: aves («a avezinha...», «o flamingo nos paúis)...», animais («a gazela» nos «desertos», «o cervo» na «selva amena»...», «o tigre» «no antro»...», «o touro» na «relva»)...», cearas...», «o velho pinheiro»... e, como «o medonho crocodilo» que, «se Deus mandou / Qual do norte a nuvem impelida / assim ele passou», todos passam... É «à sombra [desta] Providência posto» que, «tranquilo, e sem temor», se coloca o poeta com os seus, ainda que «frouxos hinos», «hinos de amor». (84) Ele canta (é, como veremos, um dos modos da sua oração) um Deus onnipotente, criador, cuidadosamente atento às suas criaturas e que contrasta com o Deus «bárbaro tirano» que pintam «os vis hipócritas» para, mentindo, «dominar com o férreo ceptro / O vulgo cego e insano». Estes não amam Deus, recebem Deus..., maldizem Deus... e tudo para «O trono dos déspotas da terra / Ir colocar nos céus». «Quem os crê é um ímpio» (84) e o seu mundo (que para Herculano é, tantas vezes, *o mundo*), como, sem violência, será fácil de perceber, é um mundo às avessas... onde, em lugar de um Deus criador, poderoso, atento e, como vamos ver, justo, consolador, misericordioso, reina um Deus «tirano» que serve para justificar a «tirania». Ao conceber Deus como «tirano»...», «déspota» o ímpio opõe-se a Deus tanto enquanto liberdade criadora como enquanto providência, esse cuidado de Deus para com a sua criação em que, atentemos, o poeta não só sente «Das variegadas flores, derramadas / Na sinuosa encosta da montanha, / Do altar da solidão subindo aos ares, / ... digno incenso ao Criador erguido» (58), como também reflectir-se essa própria liberdade criadora: «Livres aves, vós filhas da espessura, / Que só teceis da natureza os hinos» (58)...», «Como é livre / A vaga do oceano, é livre no ermo / A bonina rasteira ou freixo altivo. / Não lhes diz: “Nasce aqui, ou lá não cresças” / Voz humana...», como acontece em qualquer «pomposo jardim de verme ilustre, / Chamado rei ou nobre» (62). O nascer...», o crescer...», tal como o baquear e o murchar é decisão de «da vida o Senhor». «Céu livre, Terra livre...» (63). A liberdade é, consequentemente, algo inerente ao ser criado e que há que admirar e defender.

Deus, porém, é também juiz – «Ao Deus nosso juiz, ao que distingue / culpados de inocentes»...» (108) – e a sua justiça é tal como a sua vingança, «terrível» (40), pois não só pode conduzir os «fortes» ao cativeiro – «Eles

em Babilônia, aos punhos ferros, / Passam de escravos miseranda vida» (37) – , como também separando «o joio do bom grão» «arroja» /Para os abismos a ruim semente...» (34). É o juízo final que, em *A Semana Santa*, o poeta, «o suor do pavor na frente» (35), vê e, indeciso se em visão ou sonho, evoca com tons de *Apocalipse* (32-35). A este Deus «terrível» (40,76) que não perdoa crimes, mas perdoa erros – «Reclinar-me-ei à sombra / Do amplo perdão do Eterno; / Que não conheço o crime / E erros não pune o inferno» (98), medita *O Soldado* – não temem «os espíritos radiosos» que já não são da Terra (33), «o virtuoso» que, morrendo, logo é chamado «ao gozo eterno», mas teme-o «o ímpio» – «A quem não perdoa Deus? Somente ao ímpio / No dia da aflição, / Quando pesa sobre ele, por seus crimes, / Do crime a punição» (83) – que, saciado de «crimes», é sumido «no inferno» (101). E já aludimos a quem são, antes de mais, os ímpios..., os que maldizem Deus..., os blasfemos... A estes junta o poeta aquele «para quem a morte ou a vida é forma, / Forma somente de mais puro barro» que «nada [crê], e em nada [espera], isto é, «o ateu» (43-44). Confrontando-o, «no dia da aflição» (44), com «o conforto do cristão», aponta-lhe, diante do silêncio dos elementos, o suicídio que mais não «promete rica messe de gozo, a paz do nada», «a solidão das dores», / Onde maldigas teu primeiro alento, / Onde maldigas teu extremo arranco, / Onde maldigas a existência e a morte» (44).

No entanto, o poeta pensa que se «o que não crê» contemplasse, à noite, numa solidão como a da Arrábida – «E aqui neste vale, ao qual não chega, / Humana voz e o tumultuar das turbas» (61), principalmente, arrisquemos, «Desse vulgo, que ao som de infernais hinos / Cava fundo da pátria a sepultura» (66) –, a natureza (a brisa..., a lua..., o mar), «ele chorara, / Qual eu chorei, as lágrimas de gozo, / E adorando o Senhor, detestaria / De uma ciência vã seu vão orgulho» (61). Independentemente o que esta, como outras passagens da sua obra, possa representar, no seu quadro cultural de condenação do racionalismo ateu dos seus dias a cavalo entre os fins do século XVIII e os começos do século XIX, o que importará aqui destacar é que, embora lhes anteveja a mesma condenação final, Herculano não lhe atribui o mesmo «crime» que a «os vis hipócritas» – alguma vez, Herculano defini-los-á melhor (107) – que, com «lábios de impostor, que engana os homens / Com seu meneio hipócrita, calando / Na alma lodosa da blasfêmia o grito» (30)..., ou a esse « hipócrita vil» «Que escarnece do Eterno, e a si se engana», ou a «os que nunca ao infeliz disseram / De consolo palavra ou de esperança» (29). Apesar de negar a existência de Deus, talvez porque o que «os lábios negam, / e o coração confessa» (43), não «foi da ciência incrédula o sectário» que «na face [da cruz] / Afrontas gravou com mão profusa». (113). Negar a existência de Deus, em boa filosofia, não sei se em boa teologia, não será o mesmo que escarnecer do Eterno (69)..., pintá-lo como tirano..., em

seu nome enganar os tristes...(107). Para estes e para os que, tão ímpios como eles, os seguem, porque «Além do limiar da eternidade / O mundo não tem réus, / O que legou à terra o pó da terra / Julgá-lo cabe a Deus» (108; P.II230), pedirá Herculano, em 1833 (*A Vitória e a piedade*), a misericórdia dos vencedores para com os vencidos na luta pela liberdade.

Compreende-se que em *A harpa do crente* Deus não seja reduzido a esse Omnipotente «terrível» que domina a perspectiva dessa *A Semana Santa* celebrada em quarta-feira santa – «Trevas da quarta-feira, eu vos saúdo!» (26) – «Entre as tristezas / E os terrores e angústias, que resume / Neste dia [...] a avita crença» (34), e não em sexta-feira santa, como poderia esperar-se, tendo em conta o tradicional horizonte das glosas do *Ad sexta autem hora tenebrae facta sunt super universam terrae usque ad horam nonam* (Matth., 27, 45; Marc., 15, 33)¹⁴. Deus, porque «é bom», está disposto a receber aqueles que, como o ateu, negam a sua existência – «Ateu, entra no templo;/ Não temas esse Deus que os lábios negam/ E o coração confessa. A corda do arco / Da vingança, em que a morte se debruça, / Frouxa está; Deus é bom: entra no templo» (43) –, como atesta o poeta comovido, tal como os outros que assistem na noite das cerimónias, a quem «correm dos olhos lágrimas suaves / De compunção» (43). E mesmo se alguma vez a alma foi assaltada por «blasfémia ideia» que lhe «Calou, à luz do raio, / Seu hino à natureza», «voz» interior lhe diz que «Se ergueste a Deus um hino / Em dias de amargura; / Se te amostraste grato/ Nos dias de ventura, // Seu nome não maldigas/ Quando se turba o mar: / No Deus, que é pai, confia, / Do raio ao cintilar» (55). Mas Herculano, explicitando que o perdão não é apenas um atributo de um Deus desincarnado, mas de um Deus que morreu na cruz – Cristo –, diante de «a cruz que se eleva, / Como um farol de vida em mar de escolhos», contempla os todos aqueles que, monges ou não, «passaram / Acurvados na dor , as mãos ergueram / Para o Deus que perdoa, e que é conforto / Dos que aos pés deste símbolo da esp'rança /Vêm derramar seu coração aflito».(69) Esta noção de um Deus que é conforto..., consolo – «Se o cálix / Da amargura a provar os céus lhe deram, / Ele se consolou: bálsamo santo / Piedosa fé no coração lhe verte» (43)..., «A paz de Deus do mundo me consola» (66) – é essencial na compreensão do Deus de Alexandre Herculano e, por isso, consolo..., consolar..., consolação..., conforto..., confortar... e outros de possível conotação com eles (piedade..., piedoso) são dos lexemas mais utilizados, senão mesmo os mais utilizados, em *A Harpa do crente*, o que tem como consequência olhar a «Religião!

¹⁴ Para referir dois exemplos, recordem-se de Lope de Vega, o romance *A la muerte de Cristo nuestro Señor* e a canção *A la tormenta de la pasión de Cristo (Rimas sacras*, ed. facsimilada, Madrid, C.S.I.C. 1963, 109r, 116v, respectivamente) e Francisco Manuel de Melo, o *Las tinieblas de la muerte de Cristo* («La cítara de Erato», Romance XXVIII, *Obras métricas*, Braga, 2006, I, 157).

Do mísero conforto, / Abrigo extremo de alma, que há mirrado / O longo agonizar de uma saudade, / Da desonra, do exílio, ou da injustiça, / Tu consolas aquele, que ouve o Verbo, / Que renovou o corrompido mundo / E que mil povos pouco a pouco ouviram...».(67; PII213, 214-215)

Estas últimas referências podem introduzir à presença de Cristo na poesia religiosa do poeta. De um Cristo que é «o Herói»..., «o Verbo»..., «o Amigo do povo»..., «o Justo», mas, curiosamente, nunca Jesus, nome que, talvez, lhe parecesse demasiadamente afectivo em contraste com o tom trágico de quase toda a sua *harpa*, que, mesmo se compreensível pela pose de trovador bíblico do poeta, não é propriamente o instrumento que esperaríamos. Nem sequer nesse delicado poema em que, como dissemos, celebra a encarnação de Cristo o nome de Jesus é referido (o título do poema é uma feliz atribuição do editor moderno, mas em prosa poderíamos considerar uma *Meditação de Jesus*, publicada em *O Panorama*, 1841, que, aliás, nos remeteria para *A Semana Santa*...), preferindo-lhe as perífrases de «Santo Filho de David / divinal / Salvador da raça humanal»..., «alto infante, Redentor »..., «Real tronco de Jessé / Mui formoso»... (II, 194-196), epítetos que, com facilidade, poderiam encontrar-se na poesia do mesmo tema dos séculos XVI e XVII. De qualquer modo, Cristo é uma constante da sua poesia, muitas vezes apenas traduzida pela presença do seu símbolo redentor: a cruz («a redentora cruz») (116).

E, porque a «loucura da cruz» – *Paulus dixit* anota o autor que, aqui como em outros momentos, não se cansou de prodigar os seus conhecimentos de erudito leitor da Bíblia – «não morreu toda /Após dezoito séculos» (27) – como pensavam aqueles «homens de alto esforço, / Que nos rimos da herança [de fê], e que insultamos / A Cruz e o templo e a crença de outras eras» (25) – «Quem chore / Do sofrimento o Herói ainda existe». E, como já tinha prevenido logo na abertura de *A Semana Santa* ao reivindicar o seu «eu» de crente – «Creio que Deus é Deus e os homens livres» – face a esse «nós» que mais não será que a colectividade pátria que, de diversos modos (hipocrisias ou ateísmos de diferentes linhagens), escarnecia (retomemos um verbo que já encontramos) da fê cristã herdada, o poeta é um dos que chora «Pelo Amigo do povo, assassinado / Por tiranos, e hipócritas, e turbas / Envilecidas, bárbaras e servas». (27) O poeta sabe, como cristão – «Eu, o cristão, trovador do exílio» (107) – que esse sofrimento do «Amigo do povo» foi o sacrifício da redenção do homem caído pelo pecado e, assim, lembrou, uma única vez (se bem li), explicitamente, a «cruz da redenção» que, gravada na «pedra tumular», protege a espera da ressurreição final e que «na hóstia / Do sacrifício o sacerdote [eleva] sobre as vizinhas aras» (27), renovando esse sacrifício redentor. A redenção do homem implicava a sua renovação – «o Verbo, / Que renovou o corrompido mundo» (67), renovação

que Herculano, num subtil jogo com a compreensão do lexema «Verbo», conota imediatamente com a expansão da palavra renovadora «que mil povos pouco a pouco ouviram». E se atentarmos que, logo antes, a renovação pela religião é o «abrigo» dos que sofrem saudade..., desonra..., exílio..., injustiça e que, logo depois, «O nobre, plebeu, dominador, ou servo, / o rico, o pobre, o valoroso, o fraco, / Da desgraça no dia ajoelharam / No limiar do solitário templo», não será violento acentuar desde já que para o poeta a redenção-renovação foi, antes de mais – não estou a dizer exclusivamente –, uma renovação moral, logo social. Compreende-se melhor, creio, que ao contemplar *A cruz mutilada* à luz do «estremo / Raio de sol, passando fugitivo / na tangente do orbe» lembre que, precisamente foi a cruz-Cristo que trouxe ao mundo «Liberdade e progresso», um mundo que, como lembrou já, «Com a injúria e o desprezo, e que te inveja / Até na solidão, o esquecimento». (113) Mas o poeta é ainda, se é possível, um pouco mais explícito ao imaginar o dramático diálogo «acusador» da cruz mutilada e votada ao abandono pelos «[seus] remidos» com o próprio redentor-renovador: «E do seu Cristo, do divino mártir, / Que a ti, suplício e afronta, a ti maldita / Ergueu, purificou, clamando ao servo: “Ergue-te, escravo! / És livre, como é pura a cruz da infâmia./ Ela vil e tu vil, santos, sublimes / Sereis ante meu Pai. Ergue-te, escravo! Abraça tua irmã: segue-a sem susto/ no caminho dos séculos. Da Terra / Pertence-lhe o porvir, e o seu triunfo / Trará da tua liberdade o dia» (117). Cristo é, assim, um redentor-renovador-libertador, o que, se é teologicamente correcto, não tinha, escusado seria lembrá-lo, como conclusão obrigatória na moldura cultural dos tempos de Herculano, que combater pela liberdade seja combater por Deus-Cristo.

Herculano, porém, apontou mais alguma consequência, de ampla ressonância social, da sua contemplação do sacrificio de Cristo. Se «a piedade de Deus» é, como vimos, «o amplo manto» com que «o coração busca ir abrigar-se / No futuro » (61), pois Deus é bom, pai e, por tal, perdoa, também Cristo é o exemplar do ser aviltado, afrontado, que «Perdoou, expirando.../ Aos seus perseguidores» (108, 67) E Herculano, uma vez mais com subtilidade, não diz que quem perdoou era o «Herói», «o Verbo», «o Justo», mas, sim, sublinhando a sua humanidade, «o Filho do Homem». Por isso, pode apelar, em 1833, nesse comovente *A vitória e a piedade* para a imitação desse «Filho do Homem» por parte dos vencedores da luta pela liberdade, para o perdão aos vencidos: «É tempo de olvidar ódios profundos / de guerra deplorável» (108). Por isso também, se, consequentemente, apela a que «Piedoso o livre seja» (107), ele, por sua parte, «o cristão, trovador do exílio, / Contrário em guerra crua, / Mas que não [sabe] verter o fel da afronta / Sobre uma campa nua», murmurou «sobre a jazida» do «infeliz» «um hino» «E, do vencido, consolando a sombra», em nome dos seus companheiros

dessa «triste vitória», lhe perdoou.(109) A este propósito de perdoar aos que, estando errados, afrontaram ao combater contra a liberdade – essa «guerra ímpia» (105), notemos o adjectivo –, permita-se-nos sugerir que, com um pouco mais de saber e paciência, talvez fosse mesmo possível ler largos momentos da orquestração temática de *A harpa do crente* como modelações das chamadas «Obras de misericórdia» da cartilha tradicional – Dar de comer a quem tem fome..., vestir os nus..., dar pousada aos peregrinos..., assistir aos enfermos..., visitar os presos..., enterrar os mortos..., ensinar os ignorantes..., corrigir os que erram..., consolar os tristes..., perdoar as injúrias..., rogar por vivos e defuntos... –, dessa cartilha tradicional de renovado impacto no cristianismo da primeira metade do século XIX que romanticamente fez do pobre – do mendigo..., do infeliz..., do desterrado... – um alvo não só da sua harpa como também da sua acção caritativa, embora naturalmente longe de qualquer «socialismo cristão»¹⁵. Cremos que alguns textos que, a outros propósitos, fomos citando, poderiam permitir a nossa sugestão.

Herculano, que, sobretudo a partir de 1850, foi tão severo para com o clero – talvez fosse melhor dizer para com certo clero, tal como a inversa é verdadeira –, em *A harpa do crente*, se o podemos ouvir troar contra os «fariseus» que «De um Deus de paz, hipócritas ministros / os tristes enganaram»..., esse «monstro do inferno, / Que do Senhor no templo, / Junto da eterna cruz ao crime incitas» (107, *A vitória e a piedade*; conf. *O mosteiro deserto*), há igualmente algum momento em que a figura do sacerdote e do eremita, também sacerdote em *A Arrábida*, é certamente focado como mediador e depois defendido contra os seus detractores. O que, como lembrámos inicialmente, nos devia levar a reconsiderar na justeza da proposta de Herculano de nos fazer ouvir os sons da sua *harpa* sem datas. Os sons de 1829-1830, não são os de 1833 e menos ainda os de 1849... De qualquer modo, se o poeta lembra que a celebração eucarística, a renovação do sacrifício de Cristo pelo sacerdote – «a hóstia / Do sacrifício o sacerdote [eleva] sobre as vizinhas aras» (34) – não exime os mortos da «justiça de Deus», também lembra que esse papel mediador sacerdotal tem outra dimensão: o de, pela confissão penitencial, ouvir «Dos remorsos as amarguras» e de perdoar e consolar «em nome / Do que expirando perdoava, o Justo / Que entre os humanos não achou piedade». (67) E um bom exemplo das consequências tanto do arrependimento do pecador como do perdão e consolo ministrado pelo sacerdote é a evocação, em retrospectiva, dos

¹⁵ Baste aqui remeter para uma ampla visão de conjunto, embora mais precisa para depois de 1875, que oferece Baldomero Jiménez Duque, *La espiritualidad en el siglo XIX español*, Madrid, Universidad Pontificia de Salamanca, F.U.E., 1974.

que, «Da desgraça no dia ajoelharam/No limiar do solitário templo» da Arrábida e que «Encontrou[...] chorando o sacerdote / Que da serra descia à meia noite, / Pelo sino das preces convocado».(67) Eram «miseros» que o poeta «vê» converter-se em ermitãos vivendo, como os que ao longo dos séculos habitaram esse «conventinho» que um «homem piedoso» fundou, em «tugúrios de humildes eremitas» e aos quais «o burel grosseiro, / O leito de cortiça, e a fervorosa / E contínua oração foram cerrando / Nos corações [...] as chagas, / Que o mundo sabe abrir, mas que não cura».

Não nos interesse aqui seguir o poeta na sua visão de «Quantos nomes mimosos da ventura, / Convertidos em fábula das gentes, / Despertariam o eco das montanhas» – poderosos..., amantes traídos..., dissipadores... – que hoje ninguém sabe quem foram. O que importa é que «Deus os viu» e «as lágrimas do triste / Ele contou para as pagar com glória» (68). A Arrábida, visionada como um «locus amoenus» romântico – «Suspira o vento no álamo frondoso; / As aves soltam matutino canto; / Late o lebréu na encosta, e o mar sussurra / Dos alcantis na base carcomida» (56) – com a sua natureza – evocada com cuidados de um Fr. Agostinho da Cruz – é um lugar – «belo ermo» – em que o poeta, agora «cantor da solidão», «sentado num penhasco, e perto / Das águas, então, quedas do oceano» (60) ou «junto do verde cêspede do vale» (66), à visão de um «bom velho» que dormia «Sob as asas de Deus, à luz dos astros» (63), «[lê] a bela história dos passados anos»: a do velho «justo solitário» arrábido (57), desses arrábidos que desde a infância conheceu Herculano¹⁶, e a do seu «conventinho». E essa «bela história» é a da fuga ao mundo, história que lhe resulta mais evidente quando comparado «o solitário obscuro / Ao inquieto filho das cidades» (64). Seria um bom exercício examinar esta comparação à luz da tradição do *contemptus mundi* – creio não errar se digo que Herculano bem pode ter sido um leitor da obra de T. de Kempis cuja velha tradução portuguesa por Diogo Vaz Carrilho foi corrigida por Fr. António de Pádua, bispo do Maranhão, que «morreu hóspede da [sua] família»¹⁷ – focalizada na cidade – «Oh cidade, cidade, que transbordas/ De vícios, de paixões e de amarguras» –, «Branqueado sepulcro, que misturas a opulência, a miséria, a dor e o gozo», onde, talvez até sobretudo, vive «esse povo, que refluí / Das moradas à rua, à praça, ao templo; Que ri, e chora, e folga, e geme, e morre, / Que adora Deus e o teme; / Absurdo misto de baixeza extrema / E de extrema ousadia...» e que «rico de opróbrio» vai «sentar-se / Em joelhos nos átrios dos tiranos» e que, caídos os seus ídolos, os torna a erguer com o seu «ceptro dos terrores», cavando, assim, «da Pátria a sepultura» (64-66). No ermo que abraçou o

¹⁶ Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano*, ed. cit., I, 63-69.

¹⁷ Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano*, ed. cit., I, 66.

solitário – e, momentaneamente, o poeta – a própria natureza, como vimos, manifestação da livre criação de Deus, não só é um símbolo da liberdade, mas, por oposição ao mundo, a mesma liberdade – «Céu livre, Terra livre, e livre a mente, / Paz íntima, e saudade, mas saudade / Que não dói, que não mirra, e que consola, / São as riquezas do ermo, onde sorriem / Das procelas do mundo os que o deixaram...» (63) –, o que parece ir um pouco mais além de uma simples variante do romântico tópico da natureza como «expressão do visível do Absoluto»¹⁸. E em um eco da abertura de *A Semana Santa* – «nós, seus netos, homens de alto esforço, / Que nos rimos da herança e que insultamos / A Cruz e o templo e a crença de outras eras» – o poeta reitera: «Feliz da Terra, os monges não maldigas; / Do que em Deus confiou não escarneças! / Folgando segue a trilha, que há juncado, / Para teus pés, de flores a fortuna, / E sobre a morta crença em paz descansa. / Que mal te faz, que gozo vai roubar-te / O que ensanguenta os pés no tojo agreste / E sobre a fria pedra encosta a frente? / Que mal te faz uma oração erguida, / Nas solidões, por voz sumida e frouxa, / E que subindo aos céus, só Deus escuta? / Oh, não insultes lágrimas alheias, / E deixa a fé ao que não tem mais nada» (69). Dir-se-ia que tal apelo de 1830 – então o mundo ainda lhe parecia um mundo reconciliável –, se apagou em 1832, quando, em pleno cerco do Porto, se podia ouvir: «Caia em pó o mosteiro, e maldicto / O que erguê-lo outra vez intentar, / Se não treme entre as nuas caveiras, / Que insepultas verá branquejar» (*O mosteiro deserto*). No entanto, convirá sempre recordar que, tal como em *A Arrábida*, o que o impressionou foi a figura desse velho eremita que lhe evocava a longa história dos que, deixando o mundo, na solidão perdoavam e consolavam, também diante do mosteiro deserto desejava que «Pudessem / dessas campas geladas que vejo / Os bons monges antigos / Surgir vivos à voz de um desejo» // E que ao longo das vastas arcadas / Se escutassem seus passos serenos, / Como se ouve o tranquilo regato / Sussurrar nestes campos amenos» (PI, 226). Um desejo que agora, contas feitas, não parece projectar senão a construção imaginária de um mundo reconciliado que não chegará.¹⁹ Com efeito, neste evocar dos habitantes do deserto, os antigos eremitas e os antigos monges, o que se diria ressaltar é uma história de homens que, por razões várias, fugiram do mundo e das suas procelas, sem a ele regressar. Eles já não pertenciam ao mundo e o mundo, e sobretudo o mundo que se enfrentava nesses primeiros trinta e tal anos de 1800, não lhes pertencia. Foi, cremos, esta a razão mais funda

¹⁸ António José Saraiva, *Herculano e o liberalismo em Portugal*, ed. cit., 52-53.

¹⁹ Aproveitamos as conclusões de Jean Starobinski, *L'invention de la liberté -1700-1789- suivi de 1789- Les emblèmes de la raison* (Nouvelle édition revue et corrigée), Paris, Gallimard, 2006, 143-144, no parágrafo «Nostalgies et utopies».

por que Herculano, «cantor da solidão», venerou, em 1829, esses antigos eremitãos e monges na moldura oniricamente patinada que era a deles: «Oh, sim! – rude amator de antigos sonhos, / Irei pedir aos túmulos dos velhos / Religiosos entusiasmo e canto novo» (26). Eles representavam-se-lhe, no meio da natureza silente e bela em que viviam – nem tudo seriam Arrábidas, mas, enfim... –, não só um elemento estético da paisagem, mas também, na sua acção de perdoar e consolar – vimo-lo em *A Arrábida* –, a dimensão mais autenticamente cristã de uma religião que, contemplasse ele o Onnipotente ou contemplasse Cristo, ele concebia, antes de mais, como «abrigo extremo da alma» e «do mísero conforto». (Conf.64) Com alguma razão, já se anotou que em Herculano «há a firme relutância contra tudo o que não seja o velho cristianismo»²⁰...

Poderíamos agora examinar a sua concepção do homem, mas baste lembrar que, embora «capaz» de «[fazer] sair as moles seculares / Que por [ele], morto, falem», transmitindo, assim, «na ideia / eterna duração às obras [suas]» que são «prova» da imortalidade da sua alma (29) – uma imortalidade em que diríamos perviver uma das dimensões da clássica concepção da Fama – é, em dramático contraste, um ser «cujo alento / Se esvai, como da cerva a leve pista / No pó se apaga ao respirar da tarde» (28). E o poeta pode mesmo, meditando, impressionado, no silêncio que envolve o templo depois das cerimónias dessa noite da semana santa, «ver» – Herculano é, muitas vezes, um poeta de «visões» – nesse calar dos monges..., órgãos..., coros uma «imagem da existência» que não foi mais que «som, que, o ar ferindo, / Murmurou, esqueceu, passou no espaço» (28). Compreende-se que o homem é não só «nada», como vive mergulhado «nas trevas do [seu] nada» (45) em que assiste à transitividade e evanescência dos outros seres, desde vento que «no órgão do coro / Veio, enfim, murmurar e esvaecer-se» (26) e «a brisa [que] se esvai / Pelos rosmaniniais» (57) até às «margens do Jordão, país formoso / Que fostes e não sois» e que, como «um sonho», «existe só nos ecos do tempo que já foi, que há passado / Como hora de prazer entre desditas» (40, 41). Um destino este que, lido agora não no passado, mas num futuro que rapidamente pode tornar-se passado – «se em breve, / Qual jaz Sião, jazer deve Ulisseia» – e, temido para uma «nação que se dissolve» e que igualmente nem sequer parece existir na sua própria memória – «Oh, lembrança da Pátria acabrunhada // «A minha triste pátria era tão bela, / E forte, e virtuosa!» –, pois nada sabe «Da antiga honra e pudor e eternos feitos» que brotaram à sombra do «arbusto» pelos antigos portugueses «plantado à liberdade» (42), quer o poeta que seja, se «O Eterno» não escutar

²⁰ José Agostinho, *Os nossos escritores*, citado por Brito Aranha, in *Dicionário bibliográfico português*, XXI,210.

«[suas] preces e lágrimas», também o seu: «Risque também meu nome, e não me deixe / Na Terra vaguear, órfão da pátria» (43). Não interessa para estas notas desenvolver a íntima conexão da noção de transitividade deste apontamento de 1829 com a ideia de decadência que, presente, aliás, em alguns momentos de *A harpa do crente*, será uma obsessão de tanto século XIX. Convirá, porém, lembrar que em *A Arrábida*, diante da «Imensa imagem / da eternidade e do infinito», sentida como um símbolo nesse «vale, ao qual não chega / Humana voz e o tumultuar das turbas», o poeta conclui, meditando, como e quanto «o nada da vida sonda livre / O coração», (61) esse coração que, emotivamente, sabe que «o sepulcro» só será «plácido» para o inocente..., para o «justo» – outra recorrência, definido em tons diversos, da sua poesia: é piedoso (107)..., crente (113, 114)..., não teme a morte (61) – que nele vê «o repouso do que em Deus confia» (61): «No teu seio, reclinado / Dormirei, Senhor, um dia, / Quando for na terra fria / meu repouso procurar» (80). A própria morte, a «caluniada morte» (87), igualadora, com consequências diferentes, é certo, do «justo» e do «malvado» (29), de «o solitário obscuro» e de «o cortesão soberbo» (64), «das portas dos senhores» e do «limiar do servo» (87), mas só temida pelo ímpio (100) – «Oh plácido sepulcro! / Junto das tuas bordas pavorosas / O perverso recua horrorizado» (61) – e libertadora – estaríamos quase em dizer paulinamente libertadora – «dos dias aborridos» e das «duras prisões, que a natureza / Lançou nesta alma ardente...» (86), assim, mais não é que um momento de trânsito – «Que ela possa voar por entre os orbes / Aos pés do Onnipotente» – entre uma vida que «é um ermo de espinhais cortado, / Onde foge o prazer» (100) e outra vida de amor e paz que apenas «para o justo existe além da campa»: «No teu seio, de pesares / O existir não se entretece; / Lá o eterno amor floresce; / lá floresce a eterna paz» (80). Assim, esse voo «por entre dos orbes», se pode traduzir um romântico «anseio de altura»²¹, não é mais que uma aspiração do justo, mais veementemente em situações de tribulação – e *A tempestade*, a que pertencem os versos citados, evoca tanto a tribulação física como a moral em condições de guerra e desterro –, por se passar «aos pés do Onnipotente» ou, reiterando, no final do poema, o mesmo anseio, por «subir à pátria do repouso / onde não há morrer» (88). Metáfora por metáfora...

E se é certo que, alguma vez – uma única vez... –, frente à natureza – neste caso a natureza arrábida que o extasia – que cada ano parece renovar-se, o poeta sente-a mais «feliz» do que ele nesse aparente reviver anual – «quando eu no vale dos túmulos cair; quando uma pedra / Os ossos me esconder, se me for dada / Não mais reviverei...» (59) –, velha e tópica ilusão, paradoxal

²¹ Jacinto do Prado Coelho, «*Herculano Poeta – Uma imagem em negativo*», ed. cit., 112.

como sempre, de quem sabe e diz que tanto «o velho pinheiro» como o abeto e «o medonho crocodilo» «Qual do norte impelida a nuvem passa, / Assim ele passou» (84). Por isso, o poeta, resumindo, podia perguntar e responder em bíblica consequência: «Homem, ente imortal, que és tu perante / A face do Senhor? / És a junça do brejo, harpa quebrada / Nas mãos do trovador!». (83)

A noção de transitividade do homem – «o trânsito chamado o viver do homem» (56) – e de toda a criação pode permitir compreender a noção de exílio na poesia de *A harpa do crente*, uma noção tão importante para o cristão e, sobretudo no contexto da sua biografia e, logo do seu contexto cultural, do cristão desterrado que foi o Herculano poeta.

As próprias citações e alusões bíblicas que ministra o poeta, dispensam qualquer consideração acerca da raigambre escriturística da concepção do mundo como lugar de desterro e peregrinação e, por isso, é fácil perceber que, quando no começo de *A Semana Santa* (1829), alude à «época mesquinha, / Em que vim peregrino a ver o mundo, / E chegar a meu termo, e reclinar-me / À branda sombra de cipreste amigo» (26) está a conceber-se como um caminhante em trânsito numa «terra em que [é] estranho» (28). E ao acabar do caminho – «a meta extrema, / Que separa de nós a eternidade» (62) –, «o trovador mesquinho, / Que peregrino vagueou na Terra, / Sem encontrar um coração ardente / Que o entendesse, a pátria de seus sonhos, / Ignota, por lá busca...». (62) E se o trovador terá de procurar essa feliz, porque sonhada, «terra ignota» que fica para além da Terra, pois até «os tardios louros que escondera a inveja» só lhe virão a ser colocados «junto às cinzas», o velho eremita da Arrábida, mais «feliz», no «raio / Da Lua» que «pálida as faces lhe banhava», talvez recebia já do «Pai celeste» «da pátria eterna [...] a imagem», imagem que «Como [...] um sonho de ventura e glória / Na Terra de antemão o [consolava]». (64) De qualquer modo, nesse seu peregrinar «esta alma / aspirando o futuro além da vida» «[geme] atada à coluna do exílio, a que se chama / Em língua vil e mentirosa o mundo», (62) sabendo, sobretudo o «cristão infeliz», que, estrangeiro («estranho») na terra, «a pátria [sua] é lá no céu» (69). Resignado, o moribundo de *Mocidade e morte* glosará este mesmo axioma cristão²² – «é o céu a pátria nossa; / é o mundo exílio breve; / o morrer é cousa leve; / é princípio e não é fim» (81), tal como o fará, a morte iminente, o «pobre velador» em *A tempestade* (1832), este, sim, a sofrer o desterro da sua pátria terrena iluminado apenas pela recordação de uma «doce amizade e amor»: «Passarei minha noite a luz tão meiga, / Até o amanhecer; / Até que suba à pátria do repouso, / Onde não há morrer». (88)

Se mundo é exílio para o cristão e, como vimos, onde se «geme» e, como estaremos recordados, o lugar do «ímpio» – os tiranos e seus seguidores,

²² S. Paulo, *Ad Phillip.* 3, 20: *Nostra autem conversatio in coelis est.*

indivíduos ou turbas – que nega Deus e a Cruz, uma das modalidades dessa iniquidade opressora é o obrigar (moral ou fisicamente) o outro ao desterro da terrestre pátria comum. O trovador pode, assim, explorando, agora, conotações de léxico e de circunstâncias biográficas – «Eu, cristão, o trovador do exílio, / Contrário em guerra crua» (107) –, recordar os tempos em que foi um desterrado: «Eu, vagabundo e pobre, e aos pés calcado / De quanto há vil no mundo...» (87). Foram tempos não só de «santas inspirações morrer sentindo / Do coração no fundo» – não gritou ele, soldado velador, «eu rei da morte / Erguera meu clamor, E dissera: “Sou livre e tenho império; / Aqui sou eu senhor!» (86) –, mas também de «saudades [curtir] em longes terras / Da [sua] terra ausente» (103), traduzidas em lembranças – «memórias tristes» (92) – de seres e coisas passados e presentes por que um «pobre soldado» pode suspirar na iminência de os perder: «Terra da minha infância, / Tecto de meus maiores, / meu breve jardimzinho, / minhas pendidas flores, // harmonioso e santo / Sino do presbitério, / Cruzeiro venerando / Do humilde cemitério, // Onde os avós dormiram, / E dormirão os pais; / Onde eu talvez não durma, / Nem reze, talvez, mais» (89). E por mais que a lembrança dessa «Terra infame! – de servos aprisco»..., de «escravo/ que pugna com ferro» o amargure ao ponto de recusar o nome de filho e de irmão, o leve, num arranque de estoicismo cosmopolita de velha cepa, a proclamar «onde é livre tem a pátria o poeta, / Que ao exílio condena ímpia sorte. / Sobre os plainos gelados do Norte / Luz do sol também desce do céu», (95) ele, «foragido errante», que tem de «pousar à sombra / Do tecto do estrangeiro», (92) sabe que «para o que a pátria perde / É o universo mudo...» (91).

Como sabe qualquer leitor de *A harpa do crente* ou mesmo um leitor desse admirável *A mocidade de Herculano até à volta do exílio*, era possível continuar a explorar esta memória dolorosa do desterro do «cantor» do exílio – título que ele reivindicou para si nessa preciosa nota a *A vitória e a piedade*, que pouco mais é que um «fragmento» de um projectada obra *Da minha mocidade – Poesias e meditação* que há que ler a par das também fragmentárias *Cenas de um ano da minha vida*, texto para que teria sido igualmente possível remeter em muitos momentos deste nosso esboço de leitura –, mas atrevo-me a crer que estas notas permitem sugerir quanto «as dores da emigração»²³, isto é, o desterro sofrido na sua carne de português, se tornava mais dramático pela vívida dimensão do seu desterro de cristão, de um cristão que ele sempre se proclamou, pese a polémicas, injustiças e até a possíveis desvios de ortodoxias.

²³ Maria de Lourdes Belchior, «Herculano, “trovador do exílio”» in *Os homens e os livros –II–*, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, 199-215 (214) em que se estuda o tema desde as perspectivas de tristezas do desterro na tradição da «poesia do desterro como “constante” da poesia portuguesa».

Mas este rápido exame ficaria ainda mais sumário se não tivéssemos em conta que, como qualquer antiga cartilha, *A harpa do crente* é uma obra com algumas notas sobre a oração e até com orações.

Deixando de lado qualquer alusão à oração da liturgia de quarta-feira santa a que assiste – «Negras paredes, mudos monumentos / De todas essas orações de mágoa, de susto ou de esperança» (26) – o poeta não se exime de, em muitas ocasiões, fornecer indicações de como a oração tem que ser – ou se espera que seja – para se tornar um modo eficaz da relação do crente com Deus. Se para bem cantar essas cerimónias invoca o «Anjo do Senhor» para que «lance em [sua] alma / A harmonia celeste e o fogo e o génio, / Que dêem vida e vigor a um carne pio» (27), mais adiante, em *A Arrábida*, um «lugar que é santo» e, além de belo, «o último abrigo / Da crença viva, da oração piedosa, / Que se ergue a Deus de lábios inocentes» (57) que são, se bem interpretamos, os dos eremitas que povoam a serra. E estes mesmos, tal como «o justo», na «paz da noite», «[erguem] ao Senhor um hino harmonioso». (60) A oração do «justo» – piedosa e harmoniosa e, por «religiosa» no sentido etimológico de *pius*, em consonância com Deus – pode ser tanto de petição – «as preces puras / De um coração que espera» (30) – como de louvor. A primeira é a dos que, «cristão infeliz», «miseros e oprimos» demandam «justiça / Contra os fortes do mundo, os seus tiranos» (64), ou doentes como o de *Mocidade e morte* (80), «aos pés deste símbolo da espr'ança [Cruz] / Vêm derramar seu coração aflito» (69), clamando, como o que roga pela pátria que se dissolve, «Eterno, escuta / Minhas preces e lágrimas» (43). A segunda, como a do próprio poeta que, confessando não ser um «justo», diante do oceano, louvou Deus e, então, como consequência, não só meditou e «a mente extasiada / [Deixou] correr pela amplidão das ondas», mas também, comovido pelas «harmonias da criação» que lhe chegavam no «rugido» do mar e do «ulmeiro do deserto» «gemendo e murmurando / Ante o sopro do oeste», «ali dos olhos / O pranto [lhe] correu, sem que o sentisse, / E aos pés de Deus se derramou [sua] alma». (60) Petição ou louvor é, ao parecer, sob o signo da pressão da aflição (das «pressas») e da emotividade que em *A harpa do crente* se actualiza a oração. Compreende-se, assim, que as orações que encontramos nessa poesia de Herculano cubram esses dois aspectos. Seja «O salmo» que se entoa em *A Semana Santa* em que se celebra a onipotência de Deus – «Se pensou no universo, ei-lo patente / Ante a face do Eterno: / Se o quis, o firmamento os seios abre, / Abre os seios o Inferno» – e a sua omnipresença – «Dos olhos do Senhor, homem, se podes, / Esconde-te um momento: / Vê onde encontrarás lugar que fique / Da sua vista isento: / Sobe aos céus, transpõe os mares, busca o abismo, / Lá teu Deus há-de achar» (36) –, seja, no mesmo poema, «A lamentação» em que, imprecando Deus – «Acaso serás tu sempre inflexível? / Esqueceste de

todo a nação tua?» – , se lhe pede a misericórdia – «Tem dó de nossos males» – para com Sião, essa «cidade outrora populosa» «jaz e solitária e queda», (38-39) situação de ruína que se projecta, actualizada, na imagem da pátria do poeta («Ulisseia»).

Em outras orações, como nessa que o moribundo de *Mocidade e morte* eleva ao anjo da guarda, figura de profunda tradição devota, que o confortara – «Anjo bom, não me abandones / neste trance dilatado; / Contrito, resignado, / Me acharás na hora fatal. // E depois...perdoa, ó anjo, Ao amor do moribundo, / Que só deixa neste mundo / Pouco pó, muito gener. // Oh, depois... dize à mesquinha [a amada] / Um segredo de doçura; / Que na pátria o amor se apura, / Que o desterro viu nascer», (81) é ainda a prece derradeira, envolvendo resignação de convertido e saudade de quem, amado, se tem de abandonar, tal como em outras – *A cruz mutilada* – é a adoração, modalidade do louvor, que se manifesta – «Amo-te, ó cruz, no vértice firmada / De esplêndidas igrejas; / Amo-te quando à noite, sobre a campa, / Junto ao cipreste alvejas...». São autênticos versículos de um hino, diríamos uma quase litania, em que a reiteração da adoração amorosa – novamente a emoção – prepara a última parte do poema em que, também face à natureza em que, como em *A Arrábida*, vê a manifestação do Criador – «Montanha do oriente»... «Rochedo, que descansas / no promontório»... «Sobros, robles frondentes»... «mato variado / De rosmaninho e murta entretecido»... «Mar, que vais quebrando / Rolo após rolo pela praia fria»... – , o poeta, uma vez mais, clama de reiteração em reiteração, por oposição a um mundo também ele mutilado, porque esquecido de que a cruz «Da liberdade anunciara a vinda» (114): «Em ti minha alma a eterna cruz adora» (118). E nesta saudação – «É a voz do poeta a saudar-te» – que é «uma toada» «do cântico futuro» num «porvir que [...] proclame eterna» essa cruz de que, como do templo e da «crença de outras eras», quer dizer, dessa «herança de fé» legada por gerações de «avós», se riem e que insultam os «homens de alto esforço» a quem, porque não crêem em Deus e na liberdade, se opõe o poeta – «Eu não! [...] Creio que Deus é Deus e os homens livres»²⁴ (25).

E talvez, algum dia, seja possível defender que é desta oposição ao mundo – e antes de mais, ao mundo-cidade, a *civitas*, do seu tempo (hipócritas..., perversos..., opressores..., caluniadores..., traidores..., descrentes...) – que,

²⁴ Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 495, embora seja necessário evitar outras conclusões das suas palavras, viu que os «grandes ideais [Eterna Justiça e Eterna Liberdade] aliados à sua veneração indefessa pelo símbolo sacrosanto do cristianismo redentor, ligam, com efeito, aqueles dois poemas [*Semana santa* e *A cruz mutilada*] num anel, em cuja circunferência se encerra quase toda a vida poética de Herculano...». Apesar da verdade que possa existir na proposta, convirá, atrevemo-nos a pensar, não confundir a crítica à descrença racionalista do primeiro poema, com a crítica à ingratidão do povo libertado do último.

bem documentada na sua poesia, brota e se vai sustentando o seu estoicismo de «justo»²⁵, parente do estoicismo cristão do verdadeiro, porque antigo, eremita que, como o poeta, se sentia «Tranquilo e sem temor, à sombra posto / Da [...] Providência» (84).

De qualquer modo, conseqüentemente, talvez poderá vir a ter algum interesse perguntarmo-nos aqui se essa oposição mais de uma vez assinalada – Mundo / Providência –, não poderá ter-lhe sugerido um providencialismo organizador da História – em detrimento das chamadas «causas segundas» (racionalis) – e, logo, da sua visão do mundo, o que, a ser verdade, poderia contribuir para melhor compreender ou simplesmente matizar aparentes paradoxos, bem românticos, aliás, do cristão liberal – não esqueçamos de contextualizar o termo – que, tendo sempre a *Traditio* como um referente imperdível, Herculano sempre disse querer ser.²⁶

4

Talvez estas muito esquemáticas notas sobre a sua cartilha em verso – e, como assinalámos, pensadas com dúvidas sobre a legitimidade dos resultados de um tal exercício sobre a proposta poética de Alexandre Herculano desde 1850 – possam servir para chamar a atenção de quanto é urgente reler o poeta Herculano²⁷ – e relê-lo cronológica e contextualmente – e, através dele, conhecer algo mais da sua crença de sempre²⁸, antes de, atendendo apenas aos seus escritos de ocasião, à sua obra de ficção e às suas polémicas – e toda a polémica tem sempre algo de ficção –, sermos tentados a preocupar-nos em discuti-la como fizeram os que, por razões diversas e com matizes diversos,

²⁵ Jaime de Magalhães Lima, *Alexandre Herculano*: «Sem dúvida, pela firmeza de ânimo e mais pelo exemplo do que por qualquer tentativa de sistematização filosófica ou defesa intencional de doutrina, a vida de Alexandre Herculano abunda em conformidade com os preceitos do estoicismo. Em grande extensão poderia Séneca descobrir nele um discípulo», citado por Brito Aranha in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 228.

²⁶ Note-se, para o que servir a este propósito, que, na já citada conferência, Manuel de Oliveira Ramos insistia em que «Herculano desde os primeiros artigos do “Panorama” mostrou-se irreconciliável com o voltairianismo» (*Dicionário bibliográfico português*, XXI, 35).

²⁷ Não deixa de ser curioso que António Borges Coelho, numa ainda útil obra, *Alexandre Herculano*, Lisboa, Editorial Presença, 1965, na antologia herculaniana que encerra o seu estudo, apenas tenha da sua poesia recolhido *O soldado*...

²⁸ Bernardino Barros-Gomes, célebre personalidade de devoto e apologeta dos anos finais de Herculano com quem, aliás, manteve, como se sabe, um interessante e, para os seus propósitos, infrutífero diálogo epistolar, confessava ao seu autor dever «à *Harpa do crente* e ao *Pároco da aldeia* horas de fortalecimento do espírito religioso que a seu tempo frutificaram» in Bráulio Guimarães, *Padre Barros-Gomes. Biografia do padre, biólogo e engenheiro florestal assassinado no Palácio de Arroios em Lisboa na noite da implantação da República (1910)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2006, 178. (Note-se, como esclarecem os organizadores da edição, que esta inteligente e documentada biografia foi inicialmente publicada em fascículos na Revista da Congregação da Missão a partir de 1941).

em seus dias²⁹, e ainda não há muito, punham em causa a ortodoxia do crente... Um crente que, como em tantas outras dimensões conotáveis da sua biografia, parece ter querido, sabido e apreciado cultivar, esfingicamente, a sua pose de profeta... E talvez se pudesse vir a verificar que algo ou muito da «invenção da [sua] liberdade» passou por aqui...

Por mim, continuarei a ouvir a sua harpa..., tal como gostaria que, algum dia, se pudessem ouvir de novo, para comparar sons e temas difundidos, essa *Harpa do livre* que um admirador do poeta e do historiador, Inácio Francisco Silveira da Mota (Barão de Vila Franca), publicou, sendo estudante, em 1852... Como sempre, não podemos prescindir das datas...

²⁹ A título de exemplo: José Agostinho, *Os nossos escritores*, citado por Brito Aranha, in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 210; Bernardino Barros-Gomes in Bráulio Guimarães, *Padre Barros-Gomes*, ed. cit., 174-189; Padre J. J. de Sena Freitas, *Os nossos bispos do continente. A propósito das exéquias da Lapa em honra de Alexandre Herculano*, Porto, Machado & Ribeiro, Lda., 1878 (citamos pela edição de Vanda Anastácio na sua tão cuidada e cuidadosa *Antologia Padre José Joaquim de Sena Freitas*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2008, 153-157), sendo de anotar um depoimento do mesmo P. Sena Freitas – também ele lazarista, embora «intermitente» –, que não nos foi possível datar, sobre alguma versão dos últimos momentos do historiador – «expirou abraçado com a cruz, munido com os Sacramentos da Igreja» – no qual, sem os desdizer, matiza os seus juízos em nome da «tolerância [...] do Evangelho», depoimento que, por sua vez, deu azo a alguma polémica (in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 96-98). E não deixa de ser curioso que, como um elogio, Borges Grainha, depois de o ter dito «um liberal à inglesa», tenha proposto Herculano como «um verdadeiro cristão, à maneira de Lutero» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 160.

